

Inflação começa a ceder

por Pedro Cafardo
de São Paulo

A resistência da inflação brasileira chegou a encabular alguns ardorosos defensores da teoria monetarista. Durante cinco meses, as taxas anuais do Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas mantiveram-se persistentemente em torno de 120%, como que a desafiar a rigorosa política de contenção nas áreas monetária, fiscal e do crédito. Igual resistência revelavam os indicadores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (FIBGE) com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) galgando o patamar psicológico de 100% a partir de abril.

Esse revés, de qualquer forma, não mudou a retórica oficial. Ao contrário, durante todo o tempo, os responsáveis pela política econômica preferiram destacar os lados positivos dos índices. O secretário especial de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins, explicava, em junho, que o fato de o IGP permanecer estacionado ao redor dos 120%, durante cinco meses, representava um primeiro passo à inversão de tendência que se daria a seguir. Ele fazia sua aposta positiva para o futuro convencido de que um fato novo iria influenciar a variação da inflação: o comportamento dos preços dos alimentos. A farta produção de itens agropecuários, como arroz, feijão, leite, carne e milho, que, no ano passado, precisaram ser importados abriu ao governo, este ano, a possibilidade de formação de estoques reguladores suficientes para garantir que esses importantes produtos de alimentação popular não seriam novamente agentes autônomos de pressões inflacionárias.

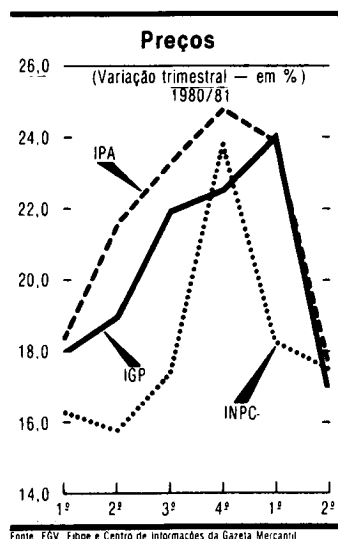
As previsões da SEAP confirmaram-se em junho, quando os principais indicadores de preços apresentaram taxas de expansão animadoramente baixas para o caso brasileiro. O IGP subiu 4,5%, a menor elevação mensal desde fevereiro de 1980; o Índice de Preços por Atacado (IPA), que vinha sendo o principal responsável pela aceleração do IGP, elevou-se 4,4%; e o INPC, que

reflete a variação média do custo de vida nas dez principais áreas metropolitanas do País, avançou apenas 4%.

Unanimemente, as fontes responsáveis pela apuração dos índices confirmaram os argumentos da SEAP. De fato, os aumentos menores e até algumas reduções em preços de produtos agrícolas e alimentos, tanto no atacado quanto no varejo, acabaram pesando fortemente para a diminuição das taxas. O IPA, por exemplo, foi favoravelmente influenciado por quedas de importantes itens alimentícios. No atacado, a carne bovina baixou 2,7% em junho; o feijão, 11,8%; a farinha de mandioca, 4,3% e os ovos, 1,8%.

Também no varejo, os índices de preços de alimentos apresentaram altas modestas nas capitais pesquisadas pela FIBGE ou, até mesmo, ficaram inalterados em algumas cidades. Em São Paulo, cidade com o maior peso na formação do INPC, os alimentos aumentaram apenas 0,79% em junho, em confronto com 5,78% em maio.

A manutenção dessa tendência, de outra parte, poderá ser prejudicada por um fator que estava fora das previsões, as geadas de julho. Prevê-se, ao final desse mês, algum impacto inflacionário por conta da redução da oferta de alimentos, atingidos pela geada, principalmente hortifrutícolas. De qualquer forma, a moderação dos aumentos dos produtos agrícolas, a partir da segunda metade do primeiro semestre, já teve influência marcante para a redução dos índices. Os reflexos globais somente não foram ainda mais sensíveis porque persistiram alguns focos, também importantes geradores de inflação. Assim, os custos das empresas, apesar da nítida redução de demanda, permaneceram onerados pelos altos custos financeiros (juros bancários) e por aumentos constantes de preços administrados pelo governo. Em doze meses, até junho, por exemplo, a energia elétrica subiu quase 150%; o óleo combustível, 160%; e o diesel, 220%. No consumo de varejo, os oito principais itens cujos preços são diretamente administrados pelo governo — pão, leite, ci-



garro, gasolina, café, energia elétrica domiciliar e passagens de ônibus —, subiram em média quase 130% em um ano na capital paulista, nível muito superior à variação do custo de vida em São Paulo no período anual. Embora esse item não tenha participação muito importante na formação do Índice do Custo de Vida, as tarifas telefônicas foram reajustadas em 184,6% de junho de 1980 a junho de 1981.

Apesar das geadas, nem tudo está perdido em termos de índices de inflação em 1981. Ao contrário, a inversão da curva em junho, ainda que os resultados de julho fossem menos favoráveis, reacendeu as esperanças do governo de que o aumento do IGP deste ano (janeiro a dezembro), ficará muito abaixo do verificado em 1980. Os mais otimistas, como Júlio César Martins, prevêem um índice anual acumulado em torno de 90% em dezembro. Os demais, inclusive o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, evitam estimativas numéricas, mas afastam totalmente a hipótese de que se encerre o ano com uma inflação ainda de três dígitos.

As estatísticas trimestrais, de fato, indicam redução em todos os principais índices no segundo trimestre deste ano. A manutenção dessa tendência, em qualquer hipótese, vai de-

pendar da pertinácia do governo em manter também o curso da atual política econômica que, ao mesmo tempo que começa a fazer recuar o índice inflacionário, leva os setores urbanos da economia a uma diminuição progressiva no seu nível de atividade. Caem as vendas do comércio, os pedidos e a produção da indústria, o consumo de energia elétrica e, sobretudo, aumentam os índices de desemprego. Reverter essas tendências pode ser uma iniciativa muito dependente de fatores políticos. A pouco mais de um ano das eleições gerais, setores políticos começam a achar que a manutenção das restrições creditícias, monetárias e fiscais poderá complicar gravemente a participação do partido do governo no pleito de novembro de 1982.

Aparentemente amparado em previsões econômicas, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, devolveu com uma pergunta as indagações sobre a influência de sua política antiinflacionária nas eleições: “E inflação de 300% ganha eleição?” Ou seja, o principal articulador da política econômica considera cedo para relaxar a atual política restritiva, sob pena de a inflação retomar seu ritmo ascendente e atingir, aí sim, níveis politicamente desastrosos. Nem seria hora, também, de provocar redução nas taxas de juros internos — medida que teria reflexos diretos na redução da inflação —, porque isso faria cair a captação de recursos externos e complicaria o balanço de pagamentos. O economista José Júlio Senna, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, defende enfaticamente a manutenção da política que está em prática. O fato de ter havido captação de US\$ 11,2 bilhões durante os primeiros sete meses do ano, segundo Senna, não é indicador de que já é possível atenuá-la. Para ele, o nível das reservas monetárias brasileiras é que vai indicar a hora oportuna para essa espécie de relançamento da economia. E nesse particular, acrescenta Senna, estamos ainda mal, porque as últimas informações disponíveis indicam que as reservas líquidas caíram cerca de US\$ 760 milhões de dezembro de 1980 até junho último.